



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 27 | Jul./Dez. de 2022

Flaviana Aparecida da Silva

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF
flavianaaps@hotmail.com

DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL: a narrativa de Maria Graham sobre o processo de independência (1821-1823)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a narrativa sobre a independência do Brasil da viajante inglesa Maria Graham, tendo como marco temporal os anos de 1821 e 1823. A partir do conceito de gênero, pretende-se investigar os relatos presentes no *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, construído durante o período de viagem ao território brasileiro. O diário publicado em 1824, na Inglaterra, é uma fonte importante para observar a atuação e as impressões de Maria Graham no Império, que, apesar do contexto do patriarcado, foi testemunha e escritora de discussões e conflitos que envolviam o processo de independência do Brasil.

Palavras-chave: Maria Graham.
Independência. Gênero.

JOURNAL OF A VOYAGE TO BRAZIL: Maria Graham's narrative about the independence process (1821- 1823)

ABSTRACT

The following article aims to analyze the narrative about Brazil's independence from the English traveler Maria Graham's perspective, having the years of 1821 and 1823 as a time frame. From the concept of genre, it is intended to investigate the reports in the *Journal of a voyage to Brazil* and of a stay in this country during a part of the years of 1821, 1822 and 1823, written during the time of the travel to Brazilian lands. The journal, published in 1824, in England in an important source to note the actions and impressions of Maria Graham in the Empire, that, in spite of the patriarchy context, was a testimony and writer of discussions and conflicts that involved the process of independence of Brazil.

Keywords: Maria Graham. Independence. Gender.

Introdução¹

O século XIX, marcado por intensas transformações na tecnologia e na geopolítica do mundo, foi um período em que muitos europeus, principalmente ingleses, realizaram viagens pela Ásia, África e América. Segundo as relações de gênero que normatizava o Oitocentos, as mulheres que pertenciam às camadas mais privilegiadas da sociedade², deveriam se estabelecer na esfera doméstica, isto é, realizar funções ligadas à família e ao lar (FRANCO, 2017). Apesar dos limites do patriarcado, encontramos Maria Graham: viajante, escritora, naturalista e artista. Maria Graham foi uma mulher fascinante que viajou por muitos lugares do mundo, escreveu e publicou livros, desenhou e coletou espécies nativas em seu trabalho de história natural. Além disso, foi testemunha importante do processo de independência do Brasil. E, apesar das restrições de gênero, advindas principalmente de homens que criticavam seus textos publicados, ou, de proibições na entrada em determinados espaços políticos, os caminhos de Maria Graham apontam atuações em áreas que, até então, eram ocupadas pelo sexo masculino.

Maria Graham nasceu na Inglaterra, em julho de 1785. Seu pai, George Dundas, ocupava o cargo de Almirante Real da Marinha Britânica. Seu primeiro marido, Thomas Graham³, desempenhava a função de capitão. Suas jornadas eram marcadas pela influência do pai e do marido. Em 1821, Maria acompanhou Thomas em uma viagem a serviço da Grã-Bretanha que visava inspecionar e defender os interesses britânicos no Brasil e Chile, tendo em vista que ambos os países eram palcos de conflitos pela independência. Entre uma viagem e outra, a inglesa permaneceu na América entre os anos de 1821 e 1825, e, durante esse período, produziu dois diários de viagem e um manuscrito dedicado a d. Pedro I. Entretanto, uma tragédia marcou seu percurso, a morte do marido durante o trajeto para o Chile. Apesar da tristeza e da solidão, Maria Graham continuou sua jornada e retornou ao Império do Brasil com a

¹ Este artigo faz parte da dissertação de mestrado, intitulada *Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)*, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² A categoria “mulher” tem sido constantemente pauta de discussões. A re-criação desta categoria, segundo a historicidade, não tem uma característica específica, mas uma complexa rede de características não universalizantes. Por isso, é necessário pensar na ideia de “mulher” a partir de contextos específicos, pois desta forma, possibilita reconhecer as suas diferenças e semelhanças (NICHOLSON, 2000 apud PISCITELLI, 2002).

³ Thomas Graham era um escocês, filho de Robert Graham e Margareth-Elizabeth, e foi o 12º filho de Laird of Fintry. Como tenente, foi enviado à Índia em 1808 para se juntar ao *HMS Russell*, e foi durante essa viagem que se aproximou de Maria Graham. Foi promovido ao cargo de comandante em 1810 (VALE, 2001).

presença de Lorde Cochrane (GOTCH, 1937). Independentemente das dificuldades de estar em um território desconhecido, ela circulou por variados espaços de sociabilidade e manteve a presença no debate político através das relações com a elite portuguesa e da Família Real.

Os textos de Maria Graham referentes à América do Sul são marcados pela narrativa da independência. O presente artigo buscou trazer a história de Maria Graham analisando sua inserção na esfera política do Império do Brasil. Deste modo, a partir do fio condutor do gênero, investigamos a narrativa da independência presente no *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823* construído durante o período de estadia ao território brasileiro⁴. A obra foi publicada na Inglaterra em 1824 por meio do editor John Murray e Albermale Street, em conjunto com Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown e Green.

Cento e trinta e dois anos depois da publicação original, o diário foi traduzido integralmente e publicado em 1956 pelos Anais da Biblioteca Nacional⁵. Por essa razão, utilizamos a versão traduzida de *Journal of a Voyage to Brazil*, pois consideramos o mais adequado para a estrutura e fluidez do texto, visto que foi publicado pela Biblioteca Nacional e traduzido pelo renomado historiador Américo Jacobina Lacombe. Por conseguinte, as traduções são confiáveis. Além disso, simultaneamente, recorreremos à obra original a fim de conferir os relatos selecionados para a análise.

O diário de Maria Graham é dividido entre a introdução à história do Brasil e a primeira e segunda visita ao território. De acordo com a viajante, a introdução é uma apresentação da história do país baseada nas obras do historiador inglês Robert Southey. Ao escrever um diário de viagem, era prática comum que os viajantes apresentassem o contexto político e social do lugar visitado, no intuito de informar o público leitor a respeito do território narrado. A obra também contém documentos do período, como listas de navios, discursos, tabelas, recortes de jornais e fragmentos de cartas. Deste modo, além da preocupação na apresentação de informações a respeito

⁴ Maria Graham esteve no Brasil em três momentos. Na primeira visita em 1821, chegou acompanhada de seu primeiro marido, Thomas Graham. Em 1823, voltou ao Império acompanhando Lorde Cochrane e, na terceira estadia, morou no Paço Imperial e no bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Entre uma visita e outra, a inglesa foi para o Chile, e apesar da viagem fazer parte do conjunto de visitas à América, optou por publicar o *Diário de uma viagem ao Chile* separadamente, devido às diferenças culturais, institucionais e governamentais (GRAHAM, 1956).

⁵ A primeira tradução, embora parcial, foi realizada por Alfredo de Carvalho em 1904 e publicada no 11º tecido da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Posteriormente, na década de 30, Cândido Firmino de Mello-Leitão, traduziu alguns fragmentos que fizeram parte dos livros *Visitantes do Primeiro Império* (1934) e *O Brasil visto pelos ingleses* (1937).

da história do Brasil, Maria Graham anexou documentos que adquiriu em seu percurso no território, ou seja, fontes importantes para o trabalho do historiador.

O livro de viagens sofreu mudanças ao longo do tempo. Ele é um produto “entre o documento pessoal (diário íntimo e correspondência) e o relatório oficial (memória descritiva com objetivos políticos, econômicos e educacionais)” (LEITE, 1997, p. 27). Existem muitos questionamentos em torno da fonte, e o principal é acerca da veracidade, pois, ao escrever sobre o outro, o viajante carregava em si o universo cultural do seu país de origem e, portanto, “suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que falasse também deste” (JUNQUEIRA, 2011, p. 45).

Ao trabalhar com relatos de viagem, é fundamental analisar o contexto histórico e social do país de origem do viajante, bem como o local, ano de publicação, editora e a estrutura narrada pelo autor, se perguntando “quem é o escritor do relato ou quem ‘ele quer ser’” (SELA, 2008, p. 25).

Os relatos de viagem possuem o caráter dúbio, pois trafegam “entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar” (FRANCO, 2011, p. 76). Eles são produzidos a partir das experiências dos viajantes que, deslocados de suas origens, frequentaram outra realidade. O caráter subjetivo é influenciado pela formação cultural do viajante e pelos interesses e objetivos no desenvolvimento da viagem e na publicação do relato. Entretanto é necessário ressaltar que toda narração que é produzida não está isenta da subjetividade do autor, e, por mais que os relatos de viagens sejam vistos como narrações de eventos e fatos históricos (FRANCO, 2011), é inegável sua importância enquanto fontes no ofício do historiador.

Segundo Thompson (2011), em muitas sociedades e períodos, o ato de viajar é atribuído ao homem, e as mulheres, de acordo com a ideologia patriarcal, são associadas ao lar e à imobilidade, pois havia restrições que dificultavam suas viagens. Apesar das limitações, elas são, geralmente, encontradas nos registros como acompanhantes de seus maridos, pais e irmãos em diversas atividades, como nas guerras, migrações e colonizações. Neste sentido, o número de mulheres que viajavam era restrito e ainda menor era o número daquelas que escreviam e publicavam seus relatos, devido ao índice de baixa alfabetização feminina. Apesar das possibilidades limitadas de viajar, escrever e publicar, a historiografia recente apresenta mulheres que, ao menos desde o século XVIII, se movimentaram pelo espaço e inseriram-se no campo da produção de literatura de viagem. Portanto, o presente artigo também

buscou tornar Maria Graham protagonista de sua própria história, situando a inglesa em seu tempo e investigando as possibilidades e os limites de sua atuação no processo de independência.

Inserido no campo de estudos da história das mulheres⁶ e de gênero⁷, a pesquisa sobre Maria Graham é relevante para a historiografia brasileira do processo de independência, pois foi a única mulher viajante que deixou registros acerca dos conflitos e debates. É fundamental ressaltar a importância de suas observações, tendo em vista que a entrada de mulheres na esfera política era reduzida, por vezes, raras. E, embora tenha surgido dificuldade de acesso à informação e entrada no espaço público, a narrativa de Maria Graham é permeada por detalhes de suas relações com a Família Real e a elite política. Desta forma, o artigo objetiva entender a representação da narrativa da independência a partir do olhar inglês de Maria Graham, observando a maneira pela qual a viajante descreveu o processo de emancipação do Brasil.

Uma “viajante de letras” no Império: Maria Graham e a narrativa da independência

Ainda que o lugar reservado à mulher branca de classe alta e média no XIX não correspondesse à esfera política, os relatos de Maria Graham observam direta e/ou indiretamente o processo de independência no Brasil. Enquanto mulher viajante, nossa personagem carregava em si não só o universo cultural do seu país de origem, mas também a condição de ser uma representante da Grã-Bretanha em terras brasileiras, na medida em que ao acompanhar seu marido, visitava os cônsules britânicos e os comerciantes ingleses para protegê-los e defender os interesses de sua terra natal. Neste sentido, algumas questões são colocadas em análise: de que forma Maria Graham esteve inserida no debate sobre a independência? Como aparecem os

⁶ A história das mulheres e de gênero é um campo de estudos que se desenvolveu em meados da década de 1970, em paralelo com a história cultural e a história vista de baixo. Os movimentos sociais, especialmente, o feminista, foram fundamentais para o crescimento dessa área de estudos, pois além dos direitos e melhores condições na sociedade, as mulheres reivindicavam o reconhecimento e o estudo de trajetórias “femininas” que atuaram na história. Para além de rainhas, princesas e outras personagens da elite, ocorreu a manifestação para trabalhos que dialogassem com outras classes sociais (SCOTT, 1991).

⁷ O termo gênero é usado para definir que toda informação sobre as mulheres é também uma informação sobre os homens: “um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). Inicialmente utilizado nos estudos das diferenças entre os sexos, o conceito se estendeu e, hoje, podemos perceber a discussão “das diferenças dentro da diferença”, multiplicando o uso da categoria das mulheres e tornando-o uma categoria de análise (SCOTT, 1991). Através do gênero, identificamos os usos dos papéis designados ao masculino e feminino na construção cultural e conferimos significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

conflitos políticos em seu diário? Qual a sua percepção ao testemunhar os acontecimentos políticos no Império? A partir destes questionamentos, examinamos o olhar inglês e colonizador de Maria Graham neste contexto de emancipação do Brasil.

Os relatos dos episódios narrados por Maria Graham que marcaram o processo de independência são muito utilizados por historiadores, devido a riqueza dos detalhes, característica comum de sua escrita⁸. Dentre os acontecimentos narrados, está o episódio conhecido como Dia do Fico. Gostaríamos de ressaltar que os eventos mencionados no artigo são perspectivas de episódios produzidos sob o olhar de Maria Graham. Apesar de afirmar seu compromisso com a neutralidade e a verdade, sua narrativa não é isenta de opiniões pessoais e influências culturais, ou seja, são pontos de vista a partir de um acontecimento histórico (BELLUZZO, 1996).

Iniciamos a discussão com o trecho em que Maria Graham afirma temer um tumulto ou, uma guerra civil, após o pronunciamento de d. Pedro I sobre o seu retorno ou permanência no Reino. Este episódio, conhecido como Dia do Fico, reflete o posicionamento dos comerciantes ingleses ao dizer que esperavam a permanência de um navio para que suas propriedades fossem protegidas. O acontecimento foi registrado no diário na data de 9 de janeiro de 1821 e afirma o seguinte:

Os brasileiros esperam ardentemente que ele possa ficar e alguns há que anteveem a possibilidade de se declarar ele abertamente pela independência desta terra. Qualquer que seja sua resolução, teme-se que haja muito tumulto, se não uma guerra civil. Nossos comerciantes ingleses estão-se reunindo, penso que com o fim de requerer a permanência deste navio, ao menos até chegue uma força equivalente, temendo que suas pessoas e propriedades não fiquem em segurança, e todo o mundo parece um pouco ansioso (GRAHAM, 1956, p. 197).

Após o anúncio da permanência do príncipe no território, uma cerimônia foi realizada no teatro na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de não comparecer a celebração, Maria Graham se informou através dos relatos de oficiais da fragata *Doris* que lá estiveram. É válido ressaltar que muitos relatos publicados foram escritos a partir de testemunhos de outras pessoas, e, portanto, a fragata é um importante meio de informações acerca dos eventos políticos do Reino.

Ao mencionar este acontecimento, Maria Graham anexou no *Journal of a Voyage to Brazil* o discurso de Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho⁹

⁸ De acordo com Porto (2018), Maria Graham possuía intencionalidade na produção de fontes documentais primárias através de seus testemunhos.

⁹ Desembargador e magistrado no Rio de Janeiro.

realizado durante a cerimônia no teatro. No discurso, o desembargador e magistrado fala sobre a necessidade de ter “união e tranquilidade”, pois o episódio marcava a quebra do laço “que vos ameaçavam sufocar”.

Portugueses. Cidadãos. Tendes um Príncipe que vos fala com gentileza de suas próprias funções; que nos convida a unirmo-nos com ele em torno à Constituição, que nos recomenda aquela força moral, que compreende a justiça e que se identifica com a razão, e que só ela pode completar a grande obra iniciada (CARVALHO, Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de apud GRAHAM, Maria. 1956, p. 198)¹⁰.

Além do documento citado acima, a autora transcreveu uma carta dos paulistas endereçada ao imperador, afirmando que seu retorno à Portugal representava a saída do “único pai comum”, e, portanto, sua presença no Reino era fundamental para a população e pela causa da independência. A mensagem foi assinada por inúmeros nomes da elite, dentre eles, José Bonifácio de Andrada. A carta também apresentava a revolta com o desmantelamento das estruturas legislativas e dos tribunais judiciais, fazendo uma comparação com o Reino da Irlanda, que, mesmo separado a poucos quilômetros da Inglaterra, tinha um representante do Poder Executivo do rei, e o Brasil, com a longa distância de Portugal, não poderia ficar sem um governo geral¹¹ (GRAHAM, 1956).

Verificamos que muitas informações a respeito dos eventos da independência foram provenientes das relações com os personagens que integravam suas redes de sociabilidade. Mais adiante no artigo, observaremos outras relações sociais de Maria Graham no contexto da independência, tal como a elite portuguesa e os comerciantes ingleses.

Com a independência, criou-se um Estado com códigos, ordens, leis, poderes, instituições financeiras, sistema eleitoral, definição de territorialidade, etc. Os elementos que antes estavam “inseridos nas estruturas da sociedade colonial luso-americana”, agora exercem “determinações sobre a formação da ordem nacional brasileira no seu nascedouro” (PIMENTA, 2009, p. 73). Deste modo, João Paulo Pimenta acredita que foi um processo de ruptura¹², tendo em vista a mudança de

¹⁰ Conferir documento na íntegra em: GRAHAM, 1956, p. 198.

¹¹ Conferir documento na íntegra em: GRAHAM, 1956, p. 193-197.

¹² Wilma Peres Costa em *A independência na historiografia brasileira* toma como fio condutor o debate acerca das continuidades e descontinuidades para observar os trabalhos recentes da independência na produção brasileira. O texto apresenta um importante debate dos desafios e dos paradoxos acerca do significado e resultado da independência, trazendo autores como Varnhagen, Oliveira Lima, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque, Emília Viotti, Fernando Novais e Maria Odila da Silva Dias (COSTA, 2005).

identidade e alteração da ordem vigente. Além da criação do Estado, iniciou o processo de construção da identidade nacional (PIMENTA, 2009).

a profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura, alteração, verdadeiramente revolucionária, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo; dentre elas, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em projetos nacionais que, ao serem criações de uma nova ordem política, são parcialmente responsáveis também pelo advento destas. A Independência não foi resultado de um nacionalismo brasileiro; o Estado e a nação também não; mas para que eles pudessem existir, foi necessário que certos portugueses, por vários motivos que convém analisar melhor, concebessem a possibilidade de deixar de sê-lo. Por isso, a completa inexistência de um sentimento nacional brasileiro – ou de sentimentos congêneres - em meio à Independência merece ser revista (PIMENTA, 2009, p. 75).

Já Fernando Novais afirma que a independência foi um processo revolucionário que rompeu com a dominação colonial, levando ao poder o grupo do “grande senhorio escravista”. O movimento foi nacional, uma vez que criou a nação, porém, prevaleceu a ideia de nação que está ligada aos interesses dos grandes proprietários (NOVAIS, 1974 apud COSTA, 2005).

José Honório Rodrigues faz uma análise de curta duração, elencando o banimento de José Bonifácio para o encerramento do processo revolucionário. A independência, em sua perspectiva, não foi um “desquite amigável”, mas um movimento cheio de conflitos em que d. Pedro I não foi o protagonista. Deste modo, ele assinala que o sentimento nacional estava prefigurado no domínio colonial (RODRIGUES, 1975 apud COSTA, 2005).

Na visão de Caio Prado Júnior, podemos pensar a independência através da ruptura, uma vez que está pautada na luta de classes entre os interesses nacionais (proprietários rurais e aristocracia fundiária) e lusitanos (mercadores portugueses e burguesia comercial), isto é, convergências entre o desenvolvimento do país e o regime colonial (JÚNIOR, 1963 apud COSTA, 2005). Apesar da ideia de ruptura, Caio Prado enfatiza a noção de permanência da colônia e do Brasil que agora é independente. Diferentemente de alguns historiadores, ele afirma que a independência não proporcionou a nacionalidade, pois há a continuidade das grandes propriedades de terras e da escravidão. A emancipação do Brasil, portanto, foi uma revolução não linear e de longo processo, no qual a nação estava para ser construída (JÚNIOR, 1987; apud COSTA, 2005).

Ao trazer a historiografia brasileira, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para a narrativa realizada por Maria Graham. A viajante enxergava o processo de independência por meio de uma luta entre “portugueses” e “brasileiros”, em que os portugueses eram os “vilões” da narrativa e os “brasileiros”, insatisfeitos com a administração lusa, se mostravam gentis e dignos da independência. Percebendo a ideia de longa duração, a viajante destacava os conflitos destes dois grupos para além do marco do 7 de setembro, como, por exemplo, ao narrar em 3 de novembro de 1821 um dos episódios de discussões da Assembleia na Bahia, em que o partido que se opõe à Junta Provisória manifesta o interesse para que metade do governo fosse constituído por “brasileiros nativos”. Em desacordo, o governo mandou prender as pessoas que ocuparam o forte de São Pedro e que eram favoráveis à causa. Maria Graham chamou este grupo de “brasileiros”.

A artilharia brasileira ocupa o forte de São Pedro, o governador e o que resta da Junta tem a cidade e o palácio. O governador realmente prendeu diversas, parece que dezessete pessoas, de maneira arbitrária, entre estas, duas de meu conhecimento, o coronel Salvador e o Sr. Soares, e os pôs, alguns a bordo da *Dom Pedro*, outros a bordo dos transportes na baía a fim de serem levados para Lisboa. Algumas dessas pessoas não têm permissão de ter qualquer comunicação com a sua família, outras, mais favorecidas, tiveram permissão para levá-la com eles. Não são esses os modos de conciliação. Mandamos gente para a terra para oferecer abrigo às senhoras e o capitão Graham combinou com o cônsul certos sinais, para o caso de aumentar o perigo para sua família (GRAHAM, 1956, p. 165).

A construção da imagem da independência por meio desse conflito aparece durante toda a sua narrativa¹³. Segundo Silva (2009), inicialmente, Maria Graham defendeu a inevitabilidade de ruptura com Portugal, apoiando a causa da independência. Posteriormente, criticou a administração lusa e os portugueses de modo geral, e afirmou seu apoio para um governo centralizado, mesmo que em outras passagens informava acerca da neutralidade britânica, fundamental durante esse processo.

Ao mencionar os conflitos do processo de independência, é interessante notar que no relato de 3 de novembro de 1821, a viajante entendia que existiam vários tipos de “portugueses” e “brasileiros”. Em sua perspectiva, havia os “portugueses da Europa” residentes no Império e os “brasileiros da cidade”.

¹³ De acordo com Silva (2009) diário de Maria Graham possui duas esferas principais de narrativa política: a crítica aos portugueses e o apoio ao poder centralizador do imperador, pois este seria o único governante capaz de organizar e manter a unidade do Brasil.

Nosso plano de prosseguir mais além na baía está suspenso no momento. As discussões entre os portugueses da Europa e os brasileiros da cidade parecem estar a pique de chegar a uma crise (GRAHAM, 1956, p. 164).

Para referir-se à independência, Maria Graham faz uso do termo “revolução”¹⁴, que, segundo Pimenta (2009), poderia ser entendida como algo negativo, partindo da ideia de guerra civil, ou positivo, por meio de reforma ou emancipação¹⁵. De acordo com o contexto geral do diário, a autora dá sentido a um acontecimento positivo, em que o Reino seguiria rumo à emancipação, ao progresso e construção de um novo Estado, caso d. Pedro I continuasse no centro do poder. No dia 21 de setembro de 1821, data do primeiro registro de sua chegada à América, Maria Graham afirmou:

Além da disposição para a revolução, que estávamos prevenidos existir há muito em toda parte no Brasil, havia também rivalidade entre portugueses e brasileiros, situação que os últimos acontecimentos haviam agravado em não pequeno grau (GRAHAM, 1956, p. 106).

Deste modo, a noção de “revolução”¹⁶, segundo o relato acima, estava no imaginário dos viajantes antes de chegarem ao território, portanto, seu conhecimento dizia respeito a uma profunda transformação sobre os acontecimentos no Império. Pratt (1999) afirma que Maria Graham embora não faça parte do grupo dos viajantes da vanguarda capitalista que buscavam a exploração das colônias da América para o enriquecimento europeu, trazia um olhar civilizatório que carregava a influência cultural do seu país de origem. Neste sentido, ao dizer que os viajantes já estavam prevenidos dos “movimentos revolucionários” no Brasil, a autora apresenta um olhar carregado de estereótipos e concepções europeias sobre a independência brasileira.

¹⁴ Nos anúncios de jornais britânicos analisados por Porto (2017, p.22, grifo da autora), a palavra “revolução” aparece no título “Novos trabalhos da senhora Graham sobre a América do Sul. Em volume quarto, com gravuras, preço £2, 2s, chega *Diário de uma viagem ao Brasil e residência lá durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*; incluindo um relato da revolução que deu origem à independência do Império do Brasil”.

¹⁵ No texto *A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico*, João Paulo Pimenta reflete sobre a ideia da independência do Brasil ser considerada ou não um movimento revolucionário. A partir da discussão do conceito “revolução”, o autor aponta e problematiza como a historiografia apresenta esse processo em torno do sentido revolucionário (PIMENTA, 2009).

¹⁶ A manutenção da ordem por meio da ligação com o antigo Império Português proporcionou a historiografia a definição do caráter conservador para o processo de independência brasileira, de pouca importância e não-revolucionário. Neste sentido, o termo “revolução” considerava a ideia de profundas transformações, contudo, “dentro de limites considerados ‘adequados’ por alguns grupos políticos” (PIMENTA, 2009, p. 58, grifo do autor).

Como bem mencionado, a representação da independência caracterizada pelo termo “revolução”, é ligado ao fator positivo. Este pensamento remete ao posicionamento de viajante inglesa e colonizadora, em que a Inglaterra se beneficiaria deste processo e, portanto, condiz com os interesses do seu país de origem. Corroborando com as ideias defendidas por outros historiadores (SILVA, 2009; PORTO, 2017), Maria Graham acreditava que o processo de independência, ao ser um “movimento revolucionário positivo”, iria transformar o território e levá-lo ao progresso. Como parte desse “movimento revolucionário”, dois grupos estavam em conflitos disputando o território: “brasileiros” e “portugueses”.

Além da representação do movimento revolucionário e dos conflitos no território, Maria Graham reforçou a figura de d. Pedro I para a concretização da independência e a construção de um novo Império, afirmando que ele seria o governante ideal para a construção da nova nação. A historiografia, por lado, apresenta autores que acreditam que era preciso a ruptura com a monarquia portuguesa, pois esta seria um “fardo” para o Brasil. Muitos pensadores do início do período republicano afirmam que a nação estava prefigurada nos movimentos de resistências e nas revoltas coloniais, sendo necessário a reflexão sobre outros episódios históricos, como por exemplo o processo constituinte e a elaboração das instituições. Portanto, era fundamental que o papel de d. Pedro I na independência fosse minimizado (COSTA, 2005).

Maria Graham e a fragata *Doris* no Império do Brasil

Os relatos de Maria Graham apresentados no *Diário de uma viagem ao Brasil* englobavam os mais diversos temas. O documento carrega descrições da natureza brasileira, do cotidiano das ruas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, das relações sociais dentro do navio e da dinâmica de trabalho da fragata *Doris*, além das visitas às casas de fazendeiros, portugueses, comerciantes ingleses e políticos. Como escritora, Maria Graham narrou a vida privada e pública do Império, mas também escreveu sobre si, isto é, suas emoções, pensamentos e seu dia-a-dia.

A narrativa do diário analisado, estava permeada pelo posicionamento que corroborava a intervenção britânica na América, apoiando a separação do Reino entre

Portugal¹⁷. Apesar de o governo britânico manifestar um discurso avesso à ação imperialista entre 1820 e 1840, a Grã-Bretanha, na prática, manteve o controle dos seus territórios, atuando como império colonial, principalmente na Índia (PASSETTI, 2010). Na América do Sul, sua atividade esteve ligada as colônias que estavam em processo de independência. Deste modo, é preciso destacar o exercício de Maria Graham durante o processo de emancipação do Brasil e o contexto em que a personagem estava situada. Por essa razão, compreendemos que é necessário observar suas redes de sociabilidade, pois elas foram importantes para a participação no debate da independência.

Sociabilidade diz respeito às práticas sociais que um grupo de indivíduos desempenha, considerando as formas afetivas – positivas ou negativas. Já o termo rede refere-se aos espaços de interação social, embora não seja preciso que todos os personagens participantes da rede “conheçam ou compartilhem os espaços de sociabilidade” (QUIRÓS, 2009, p. 22). Por essa razão, o diálogo entre o conceito de redes e sociabilidade é fundamental para pensar esse universo relacional e as interações de Maria Graham durante o contexto do processo de independência.

De acordo com Agulhon (1984) apud Quirós (2009, p. 7), “todo grupo humano, seja ele definido no espaço, no tempo ou na hierarquia social, tem sua sociabilidade, de certa forma por definição, cujas formas específicas devem ser analisadas”. Para o autor, a sociabilidade é encontrada em toda relação humana, seja por meio da afabilidade ou brutalidade.

Maria Graham tinha redes de sociabilidade nos lugares aos quais visitou. Quando esteve na Índia, por exemplo, foi recebida por Lorde Minto (1751-1814), governador-geral entre 1806 e 1814. Em Calcutá, residiu na Casa do Governo. No Chile, frequentou a casa de O’Higgins, Juiz Prevost e Lorde Cochrane, mantendo relações com a elite crioula e expatriados. No Império do Brasil, a viajante estabeleceu contato com governadores, cônsules, ministros, desembargadores, comerciantes ingleses e a Família Imperial e, assim, teve a oportunidade de observar as discussões e os conflitos da independência.

A política de Maria Graham foi acentuada na primeira estadia, no ano de 1821, uma vez que ao estar acompanhada do marido Thomas Graham e ao fazer parte do

¹⁷ Diferentemente da obra *Journal of a Residence in India*, produzido durante sua viagem à Índia e publicado em 1812, a autora não discutiu a emancipação da colônia, da mesma forma como realizou em seu diário sobre o Brasil (AKEL, 2009).

grupo da fragata *Doris*, a viajante fez visitas aos cônsules britânicos na Bahia e no Rio de Janeiro; ao governador Luís do Rêgo, em Pernambuco; e à Junta Governativa de Goiana. As visitas tinham o caráter político, pois visavam defender os interesses da Inglaterra e proteger seus compatriotas. Diante disso, Maria Graham e os marinheiros que faziam parte da *Doris* exerciam funções e cumpriam atividades a serviço da Grã-Bretanha. Portanto, eles não eram viajantes por curiosidade, pois estavam à trabalho.

Ao observar o exercício da fragata *Doris*, e respectivamente de seus tripulantes, podemos pensar nos modos de governança da Inglaterra na década de 1820, quando após a queda de Napoleão Bonaparte, o país passou a averiguar diretamente os processos de independência da América do Sul. De acordo com Henrik Bang (2003), a autoridade política está relacionada a um conjunto de redes de comunicação que trabalham de forma plana, onde instituições e indivíduos estão ligados em inúmeras relações. Ou seja, dentro da concepção do autor, governar é uma questão de conectar indivíduos e instituições a partir de relações dialógicas.

Quando a fragata ancorou em Pernambuco, os viajantes foram levar cartas oficiais para o governador e o cônsul inglês e, de acordo com Oliveira (2006), elas faziam parte do protocolo de viagem, e eram entregues sempre em nome da fragata. É válido observar que as cartas eram instrumentos de comunicação entre os governos, sobretudo ao acesso das informações entre a Europa e a América. E, os viajantes, como bem apontado por Maria Graham, estavam a serviço da Grã-Bretanha e se tornavam importantes interlocutores de ambos os territórios. Nesse sentido, essas redes de comunicação política expressavam o envolvimento da Inglaterra nos assuntos diários do Império e a capacidade de coordenação da autoridade inglesa de forma comunicativa e direta nas operações de interesse do país.

O principal trabalho da fragata *Doris* foi proteger os ingleses, especialmente os comerciantes, durante os conflitos da independência¹⁸. Os viajantes combinavam “sinais” com os grupos a serem protegidos. Durante sua viagem à Bahia, em 3 de novembro de 1821, Maria Graham ofereceu proteção ao cônsul inglês William Pennell e aos comerciantes residentes na província.

Esta manhã, cedo, soubemos que se estavam reunindo as tropas de todos os bairros e que, portanto, seria de bom conselho, para a proteção da propriedade

¹⁸ É importante lembrar que os britânicos também ajudaram na formação das tropas que expulsaram os portugueses do território, tendo no comando, por exemplo, Lorde Cochrane, líder escocês de várias batalhas pela independência (GRAHAM, 1956).

inglesa e das pessoas dos comerciantes, que o barco voltasse à sua posição em frente à cidade (GRAHAM, 1956, p. 164).

Outro exemplo do exercício de proteção aos ingleses ocorreu durante a reunião para a escolha do novo governo provisório na Bahia, em 20 de janeiro de 1822. Ao estarem no Rio de Janeiro, os viajantes retornaram para a província baiana no intuito de proteger os comerciantes, caso houvesse necessidade. Portanto, durante a primeira visita, Maria Graham em companhia da fragata *Doris*, atuou nos conflitos da independência protegendo seus compatriotas e modificando o trajeto da embarcação conforme as exigências do momento.

A *Aurora* chegou de Pernambuco e Bahia; em ambos os lugares parece que tudo vai sossegado. Mas como a reunião da câmara da Bahia deve se dar no princípio do mês que vem, para o fim de escolher novo governo provisório, os ingleses temem alguma perturbação e, portanto, devemos voltar para ali a fim de proteger nossos amigos em caso de necessidade (GRAHAM, 1956, p. 210).

Mesmo informando a neutralidade, os navios ingleses atuaram diretamente em atividades que visavam ajudar a logística de mercadorias e a segurança dos comerciantes. Durante um confronto na Bahia, por exemplo, em 26 de junho de 1823, Maria Graham acredita que os viajantes utilizaram as embarcações inglesas para transportar a prata e todos os objetos de um depósito localizado na Igreja em Salvador.

Os ingleses formavam um número expressivo no território. Maria Graham informou que existiam 18 casas de comércio inglês na Bahia, onde a transação era realizada, principalmente, com Liverpool, fornecendo “produtos manufaturados e sal, em troca de açúcar, aguardente, tabaco, algodão, muito pouco café e melão” (GRAHAM, 1956, p. 160). Em razão da escassez de produtos manufaturados, a província era dependente daquele comércio.

Atuando na defesa dos interesses britânicos, Maria Graham ao longo de todo o seu relato afirmava a imparcialidade¹⁹ perante o processo de independência como, por exemplo, quando o coronel Patrone ordenou que o pacote inglês levasse à Lisboa os despachos do governo. Neste episódio ocorrido em 24 de setembro de 1821, a autora informou que a decisão foi proibida, uma vez que eles deveriam manter a posição de

¹⁹ De acordo com Silva (2009), quando a inglesa chegou ao território, em sua primeira visita, defendeu os interesses da Inglaterra, sobretudo no trabalho do marido, mesmo que, em determinados momentos, mencione a posição de neutralidade. A historiadora afirma que Maria Graham não era crítica com relação à sua nação, como, por exemplo, Robert Southey. A viajante escrevia acerca da bondade inglesa em ajudar o Reino do Brasil a se emancipar, omitindo os interesses políticos e as vantagens desse processo para a Inglaterra (SILVA, 2009).

neutralidade. Em outro momento, em 23 de setembro do mesmo ano, Maria Graham afirmou que não poderia dar assistência aos patriotas, pois era dever das fragatas inglesas manter a posição imparcial (GRAHAM, 1956).

Embora haja a expressão de imparcialidade, os relatos de Maria Graham apontam, ao mesmo tempo, críticas, elogios e, por vezes, proteção aos grupos que estavam em conflitos. No trecho a seguir, documentado em 13 de janeiro de 1822, a viajante apresenta a proteção, caso fosse necessária, à Família Real.

(...) estamos prontos imediatamente para receber e proteger a Princesa e os infantes, e também, caso ele tenha razão para temer algum perigo pessoal, o próprio Príncipe. Minha cabine está, assim, pronta. Espero que eles não sejam forçados a vir para bordo. Quanto mais puderem confiar nos brasileiros, melhor para eles e para a causa dessa independência que é agora tão inevitável, que a única questão é saber se será obtida com sangue, ou sem ele (GRAHAM, 1956, p. 207).

É importante ressaltar que durante a primeira visita de Maria Graham, as relações sociais com a Família Real não eram tão próximas. A autora só vai se aproximar em sua segunda estadia, pois ao estar viúva e na presença de Lorde Cochrane, ela vai estabelecer um vínculo de amizade com a imperatriz Leopoldina. O discurso de apoio a causa da independência permanece, e d. Pedro I torna-se o governante ideal para o novo Império que está se construindo.

Apesar da narrativa de Maria Graham declarar a posição de neutralidade, ela também não era observada em suas relações com a elite portuguesa, como, por exemplo, no relacionamento com a família de Luís do Rego e de visconde do Rio Seco. Pelo contrário, seus escritos confirmam a relação de amizade e, em determinados momentos, de assistência. Em 12 de janeiro de 1822, durante um dos conflitos do processo de independência²⁰, Maria Graham procurou a viscondessa do Rio Seco para que, caso fosse necessário, ofereceria abrigo e proteção, tendo em vista que ela e sua família corriam risco devido a sua posição política. A viscondessa, segundo a autora, parecia bastante apreensiva e buscou providenciar segurança à sua família, despachando-a para uma fazenda (GRAHAM, 1956).

²⁰ O conflito aconteceu no Rio de Janeiro, após a nomeação de Joaquim Xavier Curado ao cargo de Comandante e Ministro da Guerra. As tropas portuguesas planejaram um motim e cerca de 700 homens marcharam para o alto do morro do Castelo. Segundo Maria Graham, as tensões entre portugueses e “brasileiros” acentuaram-se, e muitas pessoas ficaram com medo do início de um confronto armado (GRAHAM, 1956).

Prometemos-lhe que, quando ela fizesse um sinal da casa dela, ou mandasse um recado, teria logo proteção. Ela parece muito apreensiva quanto ao perigo da soltura dos presos concedida pelos brasileiros durante a noite, e disse que há temores de que os portugueses possam tomar as fortalezas do outro lado da baía e as conservem até a chegada dos reforços esperados diariamente de Lisboa. Isso poderia, realmente, ser desastroso, mas creio que o medo é mal fundado. Havendo encorajado minha amiga quanto podia, fomos para o Campo e encontramos os brasileiros instalados, na maior parte, em alguns prédios inacabados (GRAHAM, 1956, p. 204-205).

Desta forma, verificamos que as redes de sociabilidade de Maria Graham são fluidas, tendo em vista que se movimentava pelos mais variados espaços de sociabilidade e mantinha contato com diferentes pessoas no Brasil Imperial. Por essa razão, acreditamos que suas redes são reflexos do contexto ao qual estava situada onde “tudo podia mudar de lugar, e as formas tradicionais de reprodução da vida social pareciam esgotar-se progressivamente” (NOVAIS, 1979; Jancsó, 1997 apud PIMENTA, 2009, p. 72).

Embora a transferência da Corte para o Brasil tenha renovado, dentre os súditos portugueses, as condições para a afirmação de suas tradicionais lealdades postas em xeque pela crise política europeia, o acontecimento em si representava uma novidade suficiente para começar a inovar a visão de história – portanto de mundo - prevalecente. A própria defesa da tradição implicava o reconhecimento de suas fissuras, e embora isso raras vezes fosse elaborado como um diagnóstico de conjuntura pelos homens e mulheres que viviam esses tempos, a tendência apontava, claramente, para a ideia de uma ruptura com o passado e de inauguração de um tempo novo (PIMENTA, 2009, p. 72).

Embora Maria Graham afirmasse a posição de neutralidade em seu olhar para os acontecimentos políticos do Império, suas redes de sociabilidade apresentam o reflexo da sociedade naquele momento que projetavam um “futuro incerto”²¹ (PIMENTA, 2009).

Por mais que suas redes de sociabilidade manifestassem o reflexo da sociedade, o fato de escrever um diário que abordasse como tema principal a narrativa da independência é uma maneira de tomar uma posição e entrar na esfera do debate político, principalmente em razão do lugar ocupado, ou seja, uma mulher inglesa, branca e alfabetizada.

²¹ A ruptura de algumas províncias com Portugal não foi garantia de que todas adotassem o novo projeto político (HOLANDA, 1962 apud PIMENTA, 2009). A criação do Império do Brasil tinha como desafio superar as desavenças e dissidências entre as províncias e no interior delas. Por essa razão, o autor considera o período governamental de d. Pedro I como “crise de consolidação da nova ordem”. A veiculação pública afirmava que “o Brasil adentrava ao cenário mundial das nações ‘livres’ e ‘civilizadas’ pelas mãos de sábios condutores que souberem evitar excessos tão típicos da história de outros povos” (PIMENTA, 2009, p. 57, grifos do autor).

Considerações Finais

Apesar das restrições impostas por uma sociedade patriarcal, que limitavam a participação de mulheres brancas e privilegiadas nas discussões políticas, Maria Graham por estar em diferentes círculos de sociabilidade, esteve informada nos assuntos da independência. Mesmo não presenciando alguns episódios diretamente, as pessoas que estavam ao seu redor lhe informavam, sobretudo os guardas-marinha de sua antiga fragata.

Por ser uma mulher branca, inglesa, alfabetizada e esposa de membro da Marinha Britânica, Maria Graham se relacionou com os políticos portugueses, comerciantes ingleses e com a Família Real. Neste sentido, suas redes de sociabilidade se conectam com a narrativa da independência, pois seus personagens estavam envolvidos diretamente nos conflitos políticos do Império.

Ao fazer uma análise da narrativa da independência do *Diário de uma viagem ao Brasil*, acreditamos que Maria Graham legitimou os ideais colonizadores da Inglaterra, apresentando ao público leitor inúmeros conflitos, sobretudo aqueles em que os comerciantes ingleses estavam presentes. Deste modo, a fragata *Doris*, embarcação responsável por sua primeira viagem, foi representada como um importante veículo de informações e proteção aos seus compatriotas. E é por essa razão que o tema da independência se torna mais acentuado na escrita de sua primeira estadia.

Por fim, é imprescindível ressaltar a relevância das memórias de Maria Graham para a historiografia brasileira da independência, e o quão importante é pensar sua trajetória e escritos através do gênero, uma vez que contribui para a discussão acerca das possibilidades e dos limites das mulheres escritoras no século XIX, sobretudo durante o período de formação do Estado brasileiro.

Referências

Fontes

GRAHAM, Maria. ***Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822 e 1823***. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown; and John Murray, 1824.

_____. ***Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.*** Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Editora S/A, 1956.

Referências Bibliográficas

AKEL, Regina. **Maria Graham: A literary biography.** New York: Cambria Press, 2009.

BANG, Henrik P. **Governance as social and political communication.** Manchester: Manchester University Press, 2003.

BELLUZZO, Ana Maria. **A propósito d' O Brasil dos viajantes.** *Revista USP.* Dossiê dos viajantes, São Paulo, n. 30, 1996.

COSTA, Wilma Peres. **A independência na historiografia brasileira.** In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia.* São Paulo: HUCITEC, 2005.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem:** reflexões sobre seu uso como fonte documental. *Cadernos de Seminários de Pesquisa.* Orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 62-86.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Viagens e relatos:** representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. Tese (Livre Docência). São Paulo: USP, 2017.

GOTCH, Rosamund Brunel. **Maria, Lady Callcott: The creator of Little Arthur.** Londres: John Murray, 1937.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador.** *Cadernos de Seminários de Pesquisa.* Orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 44-61.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. **Livros de viagem:** relatos de estrangeiros sobre as províncias do Norte e a zona de contato (1809-1826). Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: UFC, 2006.

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado:** poder, guerra e território nas lutas da Argentina e da Nova Zelândia (1826-1885). Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2010.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **A independência do Brasil como uma revolução:** história e atualidade de um tema clássico. *História da historiografia,* Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, set. 2009.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?**. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.) Textos didáticos – A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: Unicamp, 2002. n. 48, p. 7-42.

PORTO, Denise Maria Couto Gomes. **CRISES, NOVA ONDA CONSTITUCIONALISTA E IMPRESSÕES SOBRE PERNAMBUCO, NA VOZ FEMININA E ESTRANGEIRA DE MARIA GRAHAM - 1821**. *Anais do III Seminário Internacional Brasil no Século XIX*. SEO Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos, Natal, v. 1, p. 1-12, 2018.

PORTO, Maíra Guimarães Duarte. **Para inglês ver: uma análise de Journal of a Voyage to Brazil**, de Maria Graham. Dissertação (Mestrado em História). UnB: Brasília, 2017.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 1999.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. **La sociabilidad y la historia política**. Nuevo Mundo. Mundos Nuevos, Paris, 2009.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil no mundo**. In: Crise colonial e independência 1808-1830. Coordenação SILVA, Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 115-160.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Pátria coroada**. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez, p. 71-99, 1995.

_____. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1991.

SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)**. Tese (Doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2008.

SILVA, Isadora Eckardt da. **O viés político e histórico de Maria Graham em Diário de uma viagem ao Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, Réne (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THOMPSON, Carl. **Travel Writing**. London: Taylor & Francis Group, 2011.

VALE, Brian. **A frigate of King George: life and duty on a british man-of-war**. Londres/ Nova York: I. B. Tauris, 2001.

Flaviana Aparecida da Silva

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em História pela UFJF. Membro do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3855473615012677>

Artigo recebido em: 15 de junho de 2022.

Artigo aprovado em: 07 de setembro de 2022.